

Atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e a importância do planejamento familiar**Nurses 'attributions in sexual education of adolescent women and the importance of family planning**

DOI:10.34117/bjdv6n10-397

Recebimento dos originais: 11/09/2020

Aceitação para publicação: 19/10/2020

Airton César Leite¹

Graduando em Bacharelado de Enfermagem
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA
E-mail: ainton.cesar@gmail.com

Mateus dos Santos Ramos Pinto²

Graduado em Bacharelado de Enfermagem
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA
E-mail: mateus.santos808028@gmail.com

Thatielly Rodrigues de Moraes Fé³

Graduanda em Bacharelado de Enfermagem
Faculdade Estácio de Teresina
E-mail: thatiellymoraes@outlook.com

Juliana Torres Avelino⁴

Graduada em Bacharelado de Enfermagem
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA
E-mail: Juliana_avelinno@hotmail.com

Guilherme Gomes Carvalho⁵

Graduado em Bacharelado de Enfermagem
Faculdade Estácio de Teresina
E-mail: guilherme.gomes.car@gmail.com

Annarely Moraes Mendes⁶

Graduanda em Bacharelado de Enfermagem
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
E-mail: annarelymoraes1@gmail.com

Bianca Barroso de Sousa⁷

Graduanda em Bacharelado de Enfermagem
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
E-mail: biancabarroso000@gmail.com

Naldiana Cerqueira Silva⁸

Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí.
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
E-mail: naldiana.silva@facid.edu.br

RESUMO

A adolescência é definida, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotada pelo Ministério da Saúde do Brasil, como o período entre os 10 e 19 anos de idade, no qual o ser humano passa por diversas transformações físicas, psíquicas e sociais. Analisar as evidências publicadas acerca das atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e a importância do planejamento familiar. Trata-se de uma revisão integrativa realizada no mês de setembro de 2020, a busca realizou-se nas bases de dados LILACS, BDENF, MEDLINE, e IBECs por meio dos descritores: Adolescentes; Assistência de enfermagem; Educação sexual; Planejamento familiar e conector booleano “OR”, após os achados das publicações aderiu-se os cruzamentos com o operador booleano “AND”. O enfermeiro deve implementar medidas preventivas e efetivar ações de saúde que ajudem a reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes quanto às IST e à gravidez precoce. Evidenciou-se que uso de contraceptivos orais e a atividade sexual precoce precisa ser bem orientados e a intervenção da equipe de enfermagem por meio do planejamento familiar e da educação sexual, é importante, principalmente, em relação aos efeitos colaterais e os impactos que a gestação na adolescência acarreta.

Palavras-chave: Adolescentes; Assistência de enfermagem; Educação sexual; Planejamento familiar.

ABSTRACT

Adolescence is defined, according to the World Health Organization (WHO) and adopted by the Ministry of Health of Brazil, as the period between 10 and 19 years of age, in which the human being undergoes several physical, psychological and social transformations. To analyze the published evidence about the nurse's duties in the sexual education of adolescent women and the importance of family planning. This is an integrative review carried out in September 2020, the search was carried out in the databases LILACS, BDENF, MEDLINE, and IBECs through the descriptors: Adolescents; Nursing care; Sexual education; Family planning and Boolean connector “OR”, after the findings of the publications, crossings with the Boolean operator “AND” were joined. The nurse must implement preventive measures and carry out health actions that help to reduce the vulnerability of adolescents with regard to STIs and early pregnancy. It became evident that the use of oral contraceptives and early sexual activity needs to be well oriented and the intervention of the nursing team through family planning and sex education is important, especially in relation to the side effects and impacts that pregnancy in adolescence it causes.

Keywords: Adolescents; Nursing care; Sexual education; Family planning.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é definida, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotada pelo Ministério da Saúde do Brasil, como o período entre os 10 e 19 anos de idade, no qual o ser humano passa por diversas transformações físicas, psíquicas e sociais. Nessa fase, a sexualidade se manifesta de forma diferenciada para cada indivíduo, superando o aspecto biológico, revelando-se

também como um fenômeno psicológico e social, influenciado pelas crenças, valores pessoais, familiares, normas morais e tabus da sociedade (BARBOSA *et al.*, 2019).

A gravidez na adolescência é um problema prevalente que aumenta demasiadamente o risco de morbidade e mortalidade materna, assim como pode acarretar problemas para o recém-nascido. Em países subdesenvolvidos, é estimado que 21 milhões de meninas entre 15 e 19 anos engravidam, sendo a principal causa de morte nessa faixa etária. Além dos riscos médicos à mãe e ao bebê, a gravidez na adolescência pode ser considerada um fenômeno social que acarreta problemas psicossociais e econômicos, bem como afeta a qualidade de vida e o crescimento pessoal e profissional (PINHEIRO; PEREIRA; FREITAS, 2019).

Segundo Sehnem *et al.* (2019), a adolescência é delimitada por um marco etário e biológico, sendo construída conforme relações entre gerações e concepções sociais. Nesta etapa, evidenciam-se impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e seus esforços para corresponder às expectativas culturais. O campo da saúde sexual e reprodutiva na adolescência precisa associar-se a noções ampliadas de saúde. No que se refere à saúde sexual, esta se trata do bem-estar físico, emocional e social em relação à sexualidade e não apenas à ausência de doenças/disfunções. Já a saúde reprodutiva é compreendida como o bem-estar das funções reprodutivas, sua assistência inclui métodos, técnicas e serviços para escolhas reprodutivas, prevenção e resolução de problemas.

De acordo com Pinheiro; Pereira; Freitas (2019), a gravidez na adolescência pode estar associada a fatores individuais e contextuais, tais como: baixa escolaridade paterna, não acesso à informação sobre contracepção e fertilização, uso de drogas ilícitas por residentes no domicílio, menor poder aquisitivo, baixo nível de escolaridade, localidade onde reside, raça, falta de estrutura familiar, e modificação nos costumes sexuais “hábito de ficar”.

Nesse aspecto, as intervenções de Educação em Saúde propiciam o diálogo de questionamentos relacionados à vivência dos adolescentes, o que permite que eles se conheçam melhor e colaborem no processo de formação de seres com visão mais crítica da realidade em que vivem. Pode-se, logo, exercer a sexualidade ser problemático se os adolescentes não possuem informação em saúde sexual, além da carência de comunicação entre os familiares e influências do contexto social que os cerca (FRANCO *et al.*, 2020).

O planejamento reprodutivo deve contemplar atividades educativas, aconselhamento e atividade clínica, de maneira sequenciada e integrada. As atividades educativas têm por objetivo fornecer informações e conhecimentos sobre os métodos contraceptivos, e sexualidade, devendo considerar a necessidade dos participantes. A educação em saúde, além de favorecer a troca dos conhecimentos necessários e de vivências em relação à concepção e contracepção, permite o acesso

a informações que possibilitem aos indivíduos realizar escolhas conscientes a partir da sua realidade, promovendo o desenvolvimento da autonomia e resultando na melhoria das suas condições de vida e saúde (PAILVA *et al.*, 2019).

Diante da problemática, surge como questão norteadora do estudo: Quais as atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e qual a importância do planejamento familiar?

A realização do estudo relacionado à temática, é essencial para a construção do conhecimento, pois, a pesquisa aborda uma questão que deve ser bastante trabalhada e discutida pela equipe de saúde e pela sociedade, no sentido de ampliar a compreensão a respeito das atividades de educação em saúde, no âmbito da sexualidade de mulheres adolescentes e enfatizar a importância do planejamento familiar durante esse período. O estudo trará contribuições significativas para a comunidade científica e para a sociedade na medida em que acrescentará a produção científica discussões a respeito dessa temática tão relevante.

Assim, o objetivo do estudo é analisar as evidências publicadas acerca das atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e a importância do planejamento familiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

MARCOS REFERENCIAIS NACIONAIS, SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS.

2.1 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PAISM).

Com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde (MS) em 1984, houve um avanço tratando-se de direitos reprodutivos e uma nova abordagem à saúde da mulher, que até então não existiam políticas públicas ou programas de saúde voltados especificamente para esse público. No entanto, havia políticas centradas no grupo materno-infantil, onde as mulheres eram vistas pela medicina apenas quando apresentavam problemas relacionados à reprodução, e o público infantil era considerado alvo das ações de saúde. Com tudo o PAISM trouxe uma nova abordagem, baseando-se na atenção integral à saúde da mulher (AISM), onde as considerava como um ser complexo e devendo ter uma assistência mais integral e holística aos seus problemas de saúde, deixando de ser considerada apenas quando se tratava de assuntos reprodutivos (OSIS, 1998).

O PAISM deixou explícito em seu texto o conceito de assistência integral preconizado pelo programa, que seria utilizado na assistência à saúde da mulher; sendo Integralidade conceituada com a oferta de ações de saúde que atendam as necessidades dos grupos e que os serviços deveriam ser utilizados em benefício da promoção, proteção e recuperação de saúde. A integralidade contemplava as ações de assistência clínico-ginecológica e educativa, à abordagem dos problemas

presentes desde a adolescência até a terceira idade, ao controle das infecções sexualmente transmissível, do câncer cérvico-uterino e mamário e à assistência para concepção e contracepção (BRASIL, 2002).

2.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CF).

Promulgada em 05 de outubro de 1988 nossa constituição trouxe em seu Art. 226, § 7º, o dever do estado em garantir recursos educacionais e científicos para o exercício dos direitos reprodutivos, que foram formalizados no contexto das Conferências das Nações Unidas (ONU) em consequência da violência sexual e do planejamento familiar. A decisão com relação ao planejamento familiar será do casal, vedada qualquer forma de coerção, de controle de natalidade, controle demográfico e de controle social, por parte das instituições oficiais ou privadas, garantindo assim o direito de liberdade de escolha, de livre decisão sobre a quantidade da prole, o espaçamento de tempo entre as gestações, à escolha de ter ou não filhos, o direito a informação sobre os métodos e técnicas de concepção e contracepção e o direito de exercer a sexualidade livre de discriminação (BRASIL, 1988).

2.3 LEI Nº 9263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.

Essa lei regula o §7º do art. 226 da CF, que trata a respeito do planejamento familiar, traz em seu art. 2º a conceituação de planejamento familiar como sendo: “Planejamento familiar é o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (BRASIL, 2010).

O planejamento familiar é direito de todos, garantidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), que deverão assegurar atenção integral à saúde: na assistência à concepção e contracepção; ao atendimento pré-natal; à assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato; ao controle das doenças sexualmente transmissível; e ao controle e a prevenção dos cânceres cérvico-uterino, de mama, de pênis e próstata. E o planejamento familiar também orienta ações de prevenção, educação, informação, garantia de acesso igualitário e acesso a técnicas métodos disponíveis para regulação da fecundidade. É dever do estado, através do SUS, em associação com outras instâncias do sistema educacional, promover condições e recursos para o pleno exercício dos direitos reprodutivos e sexuais (BRASIL, 1996; BRASIL, 2010).

2.4 POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PNASM).

Em 2004, o Ministério da Saúde lançou a PNAISM, que atingia as mulheres em todo o ciclo de vida, reafirmava a atenção integral à saúde da mulher, devendo ser exercida nos diferentes níveis de atenção; e os direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2004).

2.5 POLÍTICAS NACIONAIS DOS DIREITOS SEXUAIS E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS.

Lançada em 2005, pelo Ministério da Saúde, suas diretrizes e ações propostas eram: a ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais reversível no SUS; incentivo à implementação de atividades educativas em saúde sexual e saúde reprodutiva para usuários (as) da rede SUS; capacitação dos profissionais da Atenção Básica em saúde sexual e saúde reprodutiva; ampliação do acesso à esterilização cirúrgica voluntária no SUS; implantação e implementação de redes integradas para atenção às mulheres e aos adolescentes em situação de violência doméstica e sexual; ampliação dos serviços de referências para a realização do aborto previsto em lei e garantia da atenção humanizada e qualificada às mulheres em situação de abortamento (BRASIL, 2005).

3 METODOLOGIA

O presente estudo trata de uma revisão bibliográfica do método revisão integrativa de literatura. Sendo uma ferramenta de investigação que permite a procura, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre o tema investigado, em que o produto final é o estado do conhecimento, a implementação de intervenções efetivas na prestação de cuidados e na redução de custos, além disso, permite a identificação de fragilidades, que poderão conduzir ao desenvolvimento de futuras investigações (SOUSA *et al.*, 2017).

Este é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma abrangente compreensão de um fenômeno particular. Essa técnica de pesquisa tem o objetivo de idealizar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas sobre um assunto determinado, e possibilita a síntese de vários estudos publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados embasados cientificamente (BOTELHO *et al.*, 2011).

Essa ferramenta de investigação tem seis fases distintas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou pesquisa de literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; avaliação dos estudos

incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados e, apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Estudo elaborado com abordagem qualitativa tornando-se importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neste tipo de pesquisa destacam-se algumas características como: a pesquisa qualitativa, em geral, ocorre no ambiente natural com coleta direta de dados e o pesquisador é o principal instrumento; os dados coletados são preferencialmente descritivos; a preocupação do processo é predominante em relação à do produto; a análise de dados e informações tende a seguir um processo indutivo (PEREIRA *et al.*, 2018).

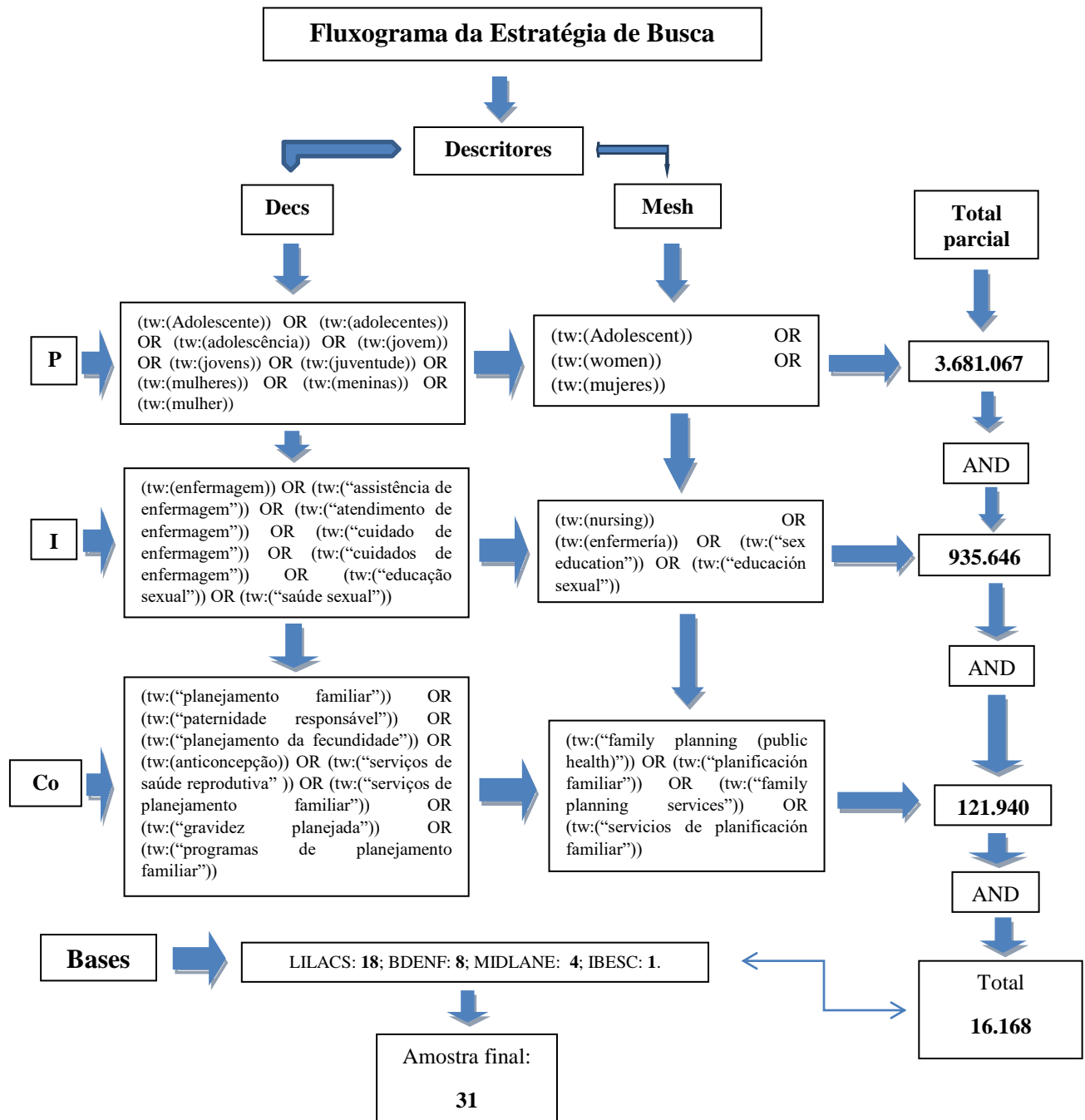
De acordo Souza *et al.* (2010), a ser realizada nas seguintes etapas: 1- Elaboração da pergunta norteadora; 2- Busca nas bases de dados e amostragem; 3- Coleta de dados, 4- Análise críticas dos estudos organizada e organização dos dados.

Para responder à questão norteadora do estudo: “Quais as atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e qual a importância do planejamento familiar?”, utilizou-se o acrônimo PICo, onde, o P-corresponde a população (Mulheres adolescentes); o I- Interesse (Atribuições do enfermeiro, Educação sexual.) e o Co – Contexto/desfecho (Planejamento familiar).

A busca foi realizada nos mês de setembro de 2020, nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud (IBECs) com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Adolescentes; Assistência de enfermagem; Educação sexual; Planejamento familiar e conector booleano “OR”, após os achados das publicações aderiu-se os o cruzamento com o operador booleano “AND” conforme estratégia de busca descrita no fluxograma 1.

O presente fluxograma representado abaixo, caracteriza a estratégia de coleta de dados utilizada pelos autores, no sentido de detalhar as principais evidências encontradas no estudo.

Fluxograma 1. Estratégia de Busca usando os descritores e sinônimos empregados na estratégia População, Interesse e Contexto/desfecho (PICo) para busca de artigos. Teresina-PI, Brasil, 2020.



Fonte: LEITE, Airton César; PINTO, Mateus dos Santos Ramos; FÉ, Thatielly Rodrigues de Moraes; AVELINO, Juliana Torres; CARVALHO, Guilherme Gomes; MENDES, Annarely Moraes; DE SOUSA, Bianca Barroso; SILVA, Naldiana Cerqueira.

No fluxograma 1 estão expostos bases de dados, estratégia de busca e amostragem. Foram incluídos: artigos originais, completos, disponíveis na íntegra que respondem à pergunta da pesquisa, disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol. E excluídos: estudos duplicados, indisponíveis na íntegra para leitura, teses, dissertação, monografias. Na amostra inicial tem-se um total de 16.168 artigos, após a leitura dos títulos e resumos, obteve-se uma amostra parcial de 194 publicações, em seguida, realizou-se uma leitura mais detalhada aderindo-se um resultado final de

31 estudos que foram lidos na íntegra, analisados, interpretados, discutidos e confrontados com luz teórica acerca da temática em discussão.

O presente estudo assegura os aspectos éticos, garantindo a autoria dos artigos pesquisados, utilizando para as citações e referências dos autores as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 10520 (Citação), 6022 (Artigo) e 6023 11 (Referências), (BRASIL, 2002). Os preceitos éticos estabelecidos no que se refere a zelar pela legitimidade das informações, privacidade e sigilo das informações, quando necessárias, tornando os resultados desta pesquisa públicos. Os pesquisadores buscaram a legitimidade e fidelidade nas citações dos autores seja nas citações diretas ou parafraseadas nos estudos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos resultados obtidos no estudo por meio da estratégia de busca, os autores delinearam variáveis para melhor descrever as evidências encontradas na pesquisa. O quadro a seguir caracteriza os artigos com base nas variáveis propostas: número do artigo, base, autor e ano de publicação, títulos, objetivos, e resultados em evidências e conclusões.

Quadro 1. Caracterização dos artigos conforme número, base, nome do autor e ano de publicação, títulos, objetivos e resultados em evidências e conclusões. Teresina - PI, Brasil, 2020.

N	B a s e	Autor/ Ano	Título	Objetivo	Resultados em evidências e conclusão
1	M E D I C I N E	HEREDIA- MARTÍNEZ; ARTMANN; NASCIMEN TO, 2020.	Desvendando barreiras de gênero no acesso de adolescentes à informação sobre saúde sexual e reprodutiva na Venezuela	O objetivo foi analisar os discursos de adolescentes e profissionais de saúde em um estado da Venezuela acerca do acesso desta população à informação sobre saúde sexual e reprodutiva.	Que o tabu existe e tem barreiras que impede as comunicações em relação ao sexo entre adolescentes ficando silencioso o assunto. A família e grupos de saúde tem que conceder a aceitabilidades dos adolescentes para quebrar esse Tabu.
2	L I L A C S	HAERTEL <i>et al.</i> , 2020.	Saberes e práticas sobre o uso do contraceptivo hormonal oral por mulheres em idade fértil.	Conhecer os saberes e as práticas de uso do contraceptivo hormonal oral por mulheres em idade fértil usuárias de uma unidade básica de saúde da família.	Considera-se, principalmente, que há necessidade de se dispensar um maior tempo frente as orientações para o uso do método e também promover uma maior visibilidade da atuação da enfermagem no planejamento familiar.
3	L I L A C S	OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2020.	Identificação de fatores de risco à saúde entre mulheres usuárias de métodos contraceptivos hormonais	Identificar fatores de risco para uso de anticoncepcionais hormonais em usuárias desses métodos.	De 100 mulheres. Média de idade = 26,91 anos. 75% haviam realizado Planejamento Reprodutivo. O fator de risco mais prevalente foi a enxaqueca (59%). No histórico familiar, a doença mais relatada foi Hipertensão Arterial Sistêmica (75%). Redução de risco à saúde entre as mulheres jovens que possui doenças comuns em idades mais avançadas, e que torna-se um fator de risco na vida reprodutiva.
4	L I L A C S	ALVES; AGUIAR, 2020.	Saúde sexual e infecções sexualmen-te transmissíveis na adolescência: Uma revisão integrativa	Avaliar o conhecimento e o comportamento sexual dos adolescentes acerca das infecções sexualmente transmissíveis.	Déficit de conhecimento entre adolescente sobre as doenças sexualmente transmissíveis, pois os mesmo dizem que inibem o prazer sexual e não se protegem. Há necessidade da orientação em educação em saúde nas escolas para os adolescentes sobre o uso de preservativo que é para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e as consequência pode acontecer.
5	B D E N F	FRANCO <i>et al.</i> , 2020.	Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar	Relatar a experiência de estudantes do Curso de Enfermagem na implementação de intervenções educacionais para a promoção da saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar.	Carência sobre a temática educação sexual e reprodutiva, tema desconhecido entre adolescente e a escola é um ambiente promissor para a Saúde da Família e demais Profissionais da Saúde e da Educação aplicar a temática para a promoção da saúde. Enfatiza-se a necessidade de atividade que trazem o conhecimento da saúde para melhor ter uma promoção à saúde e diminuir os riscos de doenças sexualmente transmissíveis ou injurias na vida reprodutiva, adequando à práticas saudáveis.
6	L I L A C S	SEHNEM <i>et al.</i> , 2019.	Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem	Conhecer como é percebida e abordada a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes pelos enfermeiros na atenção primária à saúde.	Resultou numa visão reducionista sobre a saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde. Os profissionais precisam atuar na promoção de saúde, na vida sexual e reprodutiva mostrando quais são os risco identificar os problemas da população orientando.

7	B D E N F	LUZ <i>et al.</i> , 2019.	Núcleo de apoio à saúde da família para gestante num grupo educativo: relato de experiência	Relatar a experiência do NASF na implementação de um grupo educativo para gestantes em uma Unidade Básica de Saúde mista.	Foi feito grupos educativos com 418 gestantes para abordar temáticas que ajude na gestação. Experiência foi positiva momento de ação-reflexão atendendo todas necessidades das gestantes
8	I B E S C	BARBOSA, <i>et al.</i> , 2019.	Percepção de adolescentes sobre sexualidade e saúde reprodutiva: a escola como espaço para a educação sexual	Analisar a percepção e o conhecimento dos adolescentes sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), gravidez e formas de prevenção através os métodos contraceptivos.	Informações das IST's e os Métodos Contraceptivos, a pesquisa revelou que a maioria dos/das adolescentes desconhece sobre o assunto ou não tem informações necessárias para se protegerem. Aumentando assim a chance de um comportamento sexual de risco e adquirir infecções sexualmente transmissíveis.
9	M E D L I N E	MIRANDA <i>et al.</i> , 2019.	Contraceção em Adolescentes: Conhecimentos e Práticas em Portugal.	Avaliar os conhecimentos e práticas destes clínicos relativos à contraceção na adolescência e comparar os resultados entre as diferentes especialidades, graus de formação e anos de carreira.	O conhecimento das recomendações foi superior entre os ginecologistas [4,38 (1,09); $p < 0,001$] e no género feminino [3,65 (1,41); $p = 0,039$] com diferença estatisticamente significativa. Os ginecologistas receberam mais formação recentemente [3,79 (1,42)] e consideram estar atualizados [4,41 (0,70), $p < 0,001$]. O conhecimento acerca do aconselhamento contraceptivo ainda não é ótimo, pelo que é fundamental investir na formação dos profissionais de saúde.
10	L I L A C S	RIBEIRO <i>et al.</i> , 2019.	A gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos: a gestação e o impacto do conhecimento	Compreender porque adolescentes ainda engravidam apesar de toda informação recebidas e métodos contraceptivos disponíveis na Atenção Básica de Saúde.	Os fatores socioeconômicos e culturais tem muita influência. A gravidez na adolescência é um problema social e o Enfermeiro tem um papel primordial como agente articulador nesse contexto.
11	L I L A C S	LARA, 2019.	Sexualidade na adolescente	Discutir os aspectos da formação da sexualidade das adolescentes, com ênfase no comportamento sexual e nos cuidados a saúde sexual dessa população	Ausência de programas de educação sexual na escola, desconhecimento do adolescente sobre ISTs/HIV, influência do meio; amigas que iniciaram a vida sexual. A educação sexual na escola é essencial para prevenção de comportamentos sexuais para prevenir uma gravidez indesejada/ não planejada.
12	B D E N F	CASTRO JÚNIOR, 2019.	Consulta de enfermagem no cuidado ambulatorial às juventudes.	Identificar as evidências científicas sobre a consulta de Enfermagem no cuidado ambulatorial às juventudes.	Considera-se que a Enfermagem é um agente promotor de cuidados aos adolescentes no âmbito ambulatorial, contudo, a consulta centra-se nos comportamentos e mudanças dos adolescentes, enfatizando o desenvolvimento do adulto e a saúde reprodutiva e sexual.
13	L I L A C S	PAIVA <i>et al.</i> , 2019.	Atividades educativas do planejamento reprodutivo sob a perspectiva do usuário da atenção primária à saúde	Conhecer o perfil dos usuários da Atenção Primária à Saúde que procuram pelo planejamento reprodutivo e avaliar suas percepções sobre as atividades educativas oferecidas nesse nível de atenção.	Os usuários que procuram pelas atividades educativas são majoritariamente mulheres, trabalhadoras do lar, que concebem o planejamento reprodutivo como sua responsabilidade. Essas atividades educativas, na qualidade de promotoras da saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens, têm limitações referentes à abordagem.

14	L I L A C S	SILVA <i>et al.</i> , 2019.	Gravidez na adolescência: uso de métodos anticoncepcionais e suas descontinuidades	Analisar o uso de MAC por adolescentes que engravidaram nesse período da vida.	Os dados revelaram que as adolescentes fizeram uso de MAC na primeira relação sexual (67,4%), porém se verificou considerável diminuição na utilização ao investigar especificadamente o uso no mês em que engravidaram (37,2%). Destacou-se que a utilização de MAC é menor entre as adolescentes comparado às jovens sem histórico de gravidez na adolescência.
15	L I L A C S	OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2018.	Gravidez na adolescência: um desafio crítico para os países do cone sul	Conhecer a experiência de ser mãe na adolescência, bem como, identificar as inferências socioculturais e emocionais que permearam esta fase.	Verificou-se que a gravidez, para a maioria das adolescentes, não foi planejada, havendo reincidência em duas adolescentes. Além disso, três participantes relataram ter pensado, em algum momento, em interromper a gestação, o que pode estar relacionado a influências de fatores socioculturais.
16	L I L A C S	CAMPOS <i>et al.</i> , 2018.	Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias	Compreender significados e saberes de adolescentes sobre direitos sexuais para subsidiar intervenções educativas emancipatórias nas escolas.	Intervenções educativas emancipatórias que considerem conhecimentos científicos e os saberes de adolescentes e o pleno exercício da cidadania sexual podem reduzir vulnerabilidades relacionadas à saúde sexual e gerar transformações na realidade.
17	L I L A C S	ARAÚJO; NERY, 2018.	Conhecimento sobre contracepção e fatores associados ao planejamento de gravidez na adolescência	Avaliar o conhecimento de adolescentes sobre práticas contraceptivas e sua associação com gravidez não planejada.	O estudo mostrou que o baixo conhecimento das práticas contraceptivas está associado ao planejamento de gravidez, aumentando em 4,5% as chances de uma gravidez não planejada. o conhecimento não é o único fator responsável, mas contribui significativamente para o desfecho da gravidez não planejada, considerando que o fato de a adolescente não saber utilizar a pílula do dia seguinte aumenta em 3,93 vezes a chance de ter uma gravidez não planejada.
18	L I L A C S	RAMOS <i>et al.</i> , 2018.	Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de escola pública	Identificar o uso de métodos contraceptivos por adolescentes de uma escola pública do interior do Maranhão.	Das adolescentes, 199 (88,1%) referiram possuir informações sobre métodos contraceptivos, que foram obtidas principalmente com as mães, por 139 (69,8%). Das jovens que possuíam informações, 184 (92,5%) relataram conhecer a camisinha masculina. Das adolescentes que já tinham iniciado a vida sexual, algumas referiram não ter utilizado qualquer método, apesar das informações, e 59 (76,6%) jovens relataram ter utilizado a camisinha masculina.
19	L I L A C S	PRAXEDES; QUEIROZ, 2018.	Efetividade de intervenções educativas sobre contracepção na adolescência: Revisão sistemática da literatura	Investigar a efetividade das intervenções educativas sobre contracepção na adolescência.	Observaram-se diferentes estratégias educativas sobre contracepção na adolescência utilizadas em diversos contextos e cenários, cujas intervenções mostraram - se efetivas, promovendo mudanças no conhecimento e/ou nas atitudes, evidenciando auto eficácia na prevenção de gravidez e infecções sexualmente transmissíveis. Portanto, que as intervenções educativas se mostraram efetivas na promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.
20	L I L A C S	PINHEIRO; SILVA; TOURINHO, 2017.	A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersetorialidade	Analisar como o trabalho de educação sexual de adolescentes e jovens é desenvolvido na perspectiva da intersetorialidade de saúde e educação.	As perspectivas intersetoriais pontuadas pelos participantes ficaram limitadas às ações já existentes na prática, como palestras e projetos, dentre outras. A intersetorialidade para o trabalho de educação sexual parece transitar no campo das ideias, amarrada aos discursos. Apesar de iniciativas governamentais a estimularem, essas perspectivas não têm dado conta da complexidade que envolve sua legitimação.

21	B D E N F	FLORES; LANDERDA -HL; CORTES, 2017.	Ações de enfermeiras em planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde	Conhecer as ações em planejamento reprodutivo realizadas por enfermeiras na atenção primária à saúde em um município no interior do estado do Rio Grande do Sul.	As ações desenvolvidas são individuais, com enfoque nos aspectos biológicos. As enfermeiras reconhecem a necessidade de sistematização das atividades, apontando planos para o futuro. Encontram entraves que dificultam a realização de ações.
22	B D E N F	CORTEZ; SILVA, 2017.	Pesquisa-ação: promovendo educação em saúde com adolescentes sobre infecção sexualmente transmissível	Identificar as dúvidas dos alunos de uma escola pública federal sobre Infecção Sexualmente Transmissível e propor uma abordagem ou metodologia educacional mais apropriada para os alunos.	A parceria escola e saúde é uma das alternativas de promover a saúde para os adolescentes, por meio da interação dos profissionais de educação e saúde, pois o tema sexualidade e consequente IST ainda é pouco debatido, seja por despreparo profissional ou por preconceitos e tabus, que ainda necessitam ser desmitificados.
23	M E D L I N E	TAQUETTE <i>et al.</i> , 2016.	Saúde sexual e reprodutiva para a população adolescente Rio de Janeiro, Brasil	Analisar a distribuição geográfica, a estrutura de atendimento e os recursos humanos das unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) que prestam serviços em saúde sexual e reprodutiva (SSR) à população adolescente, na segunda maior cidade do Brasil.	É essencial a integração dos serviços de saúde física, comportamentais e reprodutivos para o aperfeiçoamento da atenção primária à saúde do adolescente. A disponibilidade de pronto atendimento em mais de 80% das unidades favorece a acessibilidade aos serviços.
24	M E D L I N E	VIEIRA <i>et al.</i> , 2017.	Gravidez na adolescência e transição para a vida adulta em jovens usuárias do SUS	Contextualizar a gestação em adolescentes a partir de marcos associados ao processo de transição da juventude para a vida adulta.	A idade média foi 17,3 anos, a maioria coabitava com o companheiro; aproximadamente metade engravidou do primeiro parceiro e a idade média da primeira relação sexual foi 14,6 anos. Apenas 19% das jovens estudavam e o abandono escolar foi, na maior parte, anterior ao início da gestação. Nas análises bivariadas e na análise múltipla, observou-se que relacionar-se com o parceiro há mais de dois anos se associou às três variáveis dependentes.
25	L I L A C S	PARCERO <i>et al.</i> , 2017	Características do relacionamento entre mulher e seu parceiro na ocorrência de gravidez não planejada	Descrever características do parceiro e do relacionamento com a companheira na ocorrência de gravidez não planejada.	Os parceiros apresentaram idade média de 28 anos, predominando raça/cor negra, sem religião, baixo nível de escolaridade e baixa renda. A situação conjugal casada/união estável e o tempo de união apresentaram alta significância estatística para a ocorrência da gravidez não planejada. Os parceiros têm situação socioeconômica desfavorável ao acesso às informações e à maior participação na gravidez. A estabilidade na relação é um importante fator para a ocorrência e aceitação da gravidez.
26	B D E N F	BRINGEL <i>et al.</i> , 2016.	Posturas e estratégias sobre sexualidade a partir do programa saúde na Escola: discursos de professores	Analisar as posturas e estratégias de enfrentamento dos professores, acerca da educação sexual e reprodutiva em sala de aula, em uma escola pública de Juazeiro-BA, conveniada ao Programa Saúde na Escola (PSE).	Como postura revelada, as discussões sobre o tema se mostraram sem constrangimentos aos professores, pois, dentre as estratégias adotadas, alguns recursos como vídeos e debates são utilizados. Porém, a atuação dos educadores não encontra sustentabilidade no PSE, pois os professores desconhecem o programa.
27	B D E N F	ALMEIDA, <i>et al.</i> , 2016.	Atenção em saúde no planejamento reprodutivo: atitudes e práticas de enfermeiros	Analisar a atenção em saúde, empregada por enfermeiros, no planejamento reprodutivo, por meio de equipes de saúde da família de Juazeiro, Bahia.	A construção de uma atenção em saúde que atue nas premissas da qualidade, efetividade e equidade poderá contribuir para uma enfermagem mais autônoma e condizente com as necessidades da população no planejamento reprodutivo.

28	L I L A C S	SANCHES; SIMÃO- SILVA, 2016.	Planejamento familiar: do que estamos falando?	Abordar a temática do planejamento familiar no contexto da bioética, considerando suas diversas perspectivas.	A expressão “planejamento de parentalidade” representa uma agenda mais aberta, própria de uma sociedade pluralista, por compreender que em nossos dias tornou-se necessário pensar filhos que nasçam desejados e pais que estejam preparados. Isso implica lidar com conflitos inerentes a esse duplo enfoque: o melhor interesse da mãe e da criança.
29	L I L A C S	MOLINA, 2015.	Conhecimento de adolescentes do ensino médio quanto aos métodos contraceptivos	Analisar o conhecimento sobre métodos contraceptivos e seu uso entre adolescentes da rede pública de Cuiabá-MT.	Os déficits de conhecimento relacionado ao uso de métodos contraceptivos foram: camisinha masculina (19,3%); feminina (25,4%), anticoncepcional oral (30,7%); pílula do dia seguinte (28,8%); coito interrompido (41%) e tabelinha (33,8%). Os resultados chamam a atenção para a importância da efetivação de políticas públicas voltadas para o adolescente e a inserção de atividades de saúde no contexto escolar e social.
30	B D E N F	BORGES; MOURA- FERREIRA, 2015.	Orientação sexual para adolescentes: conhecimento e prática de docentes das escolas públicas	Caracterizar e descrever a produção científica acerca do conhecimento e da prática de docentes das escolas públicas sobre orientação sexual.	A produção científica nacional trata das dificuldades apontadas pelos docentes no processo de orientação sexual, aborda as metodologias utilizadas e os temas mais solicitados pelos alunos. A orientação sexual para adolescentes requer investimentos na formação profissional dos docentes, proporcionando o acesso ao conhecimento científico produzido sobre sexualidade, sendo necessárias novas pesquisas sobre as dificuldades referidas pelos docentes.
31	L I L A C S	PINHEIRO; PEREIRA; FREITAS, 2019.	Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil	O estudo objetivou investigar os fatores associados à gravidez na adolescência.	O número de crianças, o planejamento da gravidez e o uso de métodos contraceptivos foram significativamente associados à gravidez na adolescência ($p < 0,05$). Na regressão, número de filhos (OR = 0,22; IC95%: 0,10-0,48), exercício de atividade remunerada (OR = 0,46; IC95%: 0,22-0,94) e uso de métodos contraceptivos (OR = 0,42; IC95%: 0,21-0,80).

Fonte: LEITE, Airton César; PINTO, Mateus dos Santos Ramos; FÉ, Thatielly Rodrigues de Moraes; AVELINO, Juliana Torres; CARVALHO, Guilherme Gomes; MENDES, Annarely Moraes; DE SOUSA, Bianca Barroso; SILVA, Naldiana Cerqueira.

No Quadro 1, tem-se a apresentação dos artigos selecionados para o estudo conforme número do artigo, nome do autor, ano de publicação, títulos, objetivos e resultados em evidências e conclusões, com a finalidade de facilitar o desenvolvimento da discussão. A partir do estudo dos artigos estabeleceram-se variáveis relevantes para observação das produções científicas relacionadas à pesquisa.

4.1 AÇÕES DO ENFERMEIRO NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SEXUAL E REPRODUTIVA.

Segundo Franco *et al.* (2018), a educação em saúde, por meio de ações estratégicas, deve ser direcionada aos diversos públicos, incluindo, em grande parte, os adolescentes escolares. Reforça-se, então, diante desse cenário, a relevância da ciência da enfermagem em promover o diálogo por meio da educação em saúde sobre sexualidade, gravidez e IST junto a adolescentes escolares, sanando as principais dúvidas em relação à experiência sexual, transformações corporais e psicológicas.

De acordo com Sehnem *et al.* (2019), o enfermeiro, como profissional da APS, precisa desempenhar um papel de facilitador para os adolescentes. Nesse sentido, deve buscar compreender o contexto em que eles estão inseridos, pensando em estratégias que os aproximem do serviço para que percebam a necessidade do autoconhecimento e autocuidado de modo a expressarem os seus potenciais quanto à saúde sexual e reprodutiva.

Dessa forma, o aconselhamento é um dos componentes da atividade educativa na APS, devendo ancorar-se em abordagens problematizadoras. Estas precisam contemplar o contexto em que os adolescentes vivem, de maneira que eles sejam participantes de todo o processo de promoção à sua saúde sexual e reprodutiva. No entanto, é necessário atentar para que os adolescentes não sejam responsabilizados ou culpabilizados sobre suas escolhas. O papel do enfermeiro é auxiliar o adolescente a tomar decisões conscientes, baseadas em informações claras, levando em consideração a situação que está vivenciando, seus sentimentos e necessidades, de modo que possa desfrutar com autonomia e segurança a sua sexualidade (SEHNEM *et al.*, 2019).

Segundo Campos *et al.*, (2018), os adolescentes têm iniciado sua vida sexual cada vez mais cedo, geralmente associada ao sexo desprotegido e ao maior número de parceiros ao longo da vida, o que pode acarretar Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência e outros agravos à saúde, sendo este considerado um problema de saúde pública. A informação e orientações de qualidade, bem como a educação em sexualidade, são direitos sexuais elencados na legislação nacional e considerados relevantes para a qualidade de vida de adolescentes, contudo, não têm sido garantidos. Reitera-se a necessidade de reconhecimento efetivo de adolescentes como sujeitos de direitos, capazes de operarem escolhas com autonomia e criatividade, pois são participativos e têm potencial para desenvolverem projetos de vida e cuidarem de sua saúde.

A falta de informações qualificadas pode levar a práticas sexuais desprotegidas com consequências na saúde. Então, além da ampliação de informações, é preciso também estabelecer uma relação de confiança entre os profissionais da educação e da saúde, com os adolescentes, criar um diálogo reflexivo e profícuo sobre sexualidade e saúde sexual, para garantir uma educação em

sexualidade e serviços de saúde sensíveis e contextualizados à realidade deles. A saúde sexual deve ser incorporada às ações desenvolvidas na Atenção Básica e a educação em sexualidade desenvolvida em todas as escolas para todos os adolescentes, oportunizando a construção de seus próprios projetos afetivos, por se tratar de uma dimensão significativa na vida de qualquer ser humano e promover qualidade de vida (CAMPOS *et al.*, 2018).

Considera-se que os profissionais de saúde possuem um papel fundamental nesse processo, e, por isso, devem estar promovendo constantemente ações de saúde que gerem troca de informações sobre saúde sexual e reprodutiva, a fim de empoderar as adolescentes quanto às boas práticas contraceptivas. O enfermeiro, por sua vez, deve implementar medidas preventivas e efetivar ações de saúde que ajudem a reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes quanto às IST e à gravidez precoce. Para isso, ressalta-se a importância de trabalhar na perspectiva de que a sexualidade é algo intrínseco ao ser humano e que deve-se instruir os adolescentes a vivenciarem sua sexualidade de maneira mais saudável (RAMOS *et al.*, 2018).

De acordo Praxedes; Queiroz (2018), a educação em saúde quando possibilita compartilhar conhecimentos na promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, tende a obter um impacto positivo na mudança de comportamentos de risco, evitando prejuízos para a integridade física, emocional e o convívio social dessa população. Percebe-se que os profissionais da área da saúde têm utilizado várias estratégias educativas a fim de promover a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, incluindo diversas metodologias participativas. A efetividade dessas intervenções são essenciais, para melhorias no conhecimento e/ou mudanças de atitudes e comportamentos de risco, propiciando possibilidades de prevenção de gravidez precoce e IST.

A educação em saúde, além de favorecer a troca dos conhecimentos necessários e de vivências em relação à concepção e contracepção, permite o acesso a informações que possibilitem aos indivíduos realizar escolhas conscientes a partir da sua realidade, promovendo o desenvolvimento da autonomia e resultando na melhoria das suas condições de vida e saúde. Para alcançar tal empenho, considera-se necessário dar tempo e criar espaços que permitam que os participantes das atividades educativas se expressem com profundidade a respeito do que estão sentindo, a fim de que possam fazer perguntas e esclarecer dúvidas (PAIVA *et al.*, 2019).

4. 2 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA.

A gravidez na adolescência, dentro de suas particularidades, é um fenômeno mundial que afeta demasiadamente países subdesenvolvidos e com elevados graus de iniquidade social. O controle da gravidez precoce se apresenta como um desafio para os serviços de saúde, uma vez que envolve problemáticas diversas no que diz respeito a comportamentos, valores culturalmente

estabelecidos, organização social e estruturação das políticas educacionais e de saúde. Nessa perspectiva, a compreensão dos fatores intrinsecamente associados a esse problema pode contribuir para redirecionar as abordagens preventivas, dando enfoque especial em fatores particularmente importantes e fortemente associados à ocorrência do evento (PINHEIRO, PEREIRA; FREITAS).

Segundo Araújo; Nery. (2018), a população adolescente hoje é sexualmente ativa e demanda cuidados preventivos com relação à saúde reprodutiva, principalmente devido à necessidade de reduzir consequências negativas da prática sexual insegura, devendo os serviços de saúde estar adequadamente preparados para receber e resolver a necessidade dos jovens. A iniciação sexual de forma cada vez mais precoce aumenta a preocupação com a saúde desse grupo, especialmente, os de baixa escolaridade e menor idade, que, ao iniciar a vida sexual.

Nessa concepção, a gravidez precoce afeta negativamente as oportunidades educacionais e econômicas. Além disso, mulheres com menor nível de escolaridade têm maiores riscos de resultados adversos durante a gravidez, bem como são menos experientes quanto às atividades de prevenção em saúde e planejamento familiar, estando seus filhos mais expostos ao risco de mortalidade. Vários fatores sociais e biológicos influenciam as chances de gravidez na adolescência, como exposição a condições adversas durante a infância e adolescência, história familiar de gravidez na adolescência, instabilidade familiar e baixos níveis educacionais, precocemente, possui menos conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais (ARAÚJO; NERY, 2018).

Destaca-se, o importante papel dos profissionais de saúde e da educação na criação de espaços de discussão sobre sexualidade com os adolescentes, utilizando-se metodologias participativas, capazes de proporcionar reflexão e autonomia para o autocuidado. Sugere-se a efetivação e/ou reformulação dos programas de saúde para os adolescentes, de forma que possam propiciar a construção de conhecimentos efetivos para estes, além de também abranger a família, professores e comunidade, para que todos consigam trabalhar as questões relativas à sexualidade na adolescência como algo natural, sem tabus e preconceitos e de forma adequada para esclarecer as dúvidas, medos e anseios existentes nessa fase da vida cheia de descobertas (MOLINA *et al.*, 2015).

A assistência em planejamento reprodutivo na APS pode congrega atividades educativas individuais ou grupais; de aconselhamento, que envolve a escuta centrada no indivíduo; e clínicas, abordando exames e métodos de concepção e contracepção. Essas atividades devem ter como foco a atenção integral às mulheres e não somente à contracepção de forma pontual ou isolada. A implementação destas práticas é de responsabilidade da gestão municipal e de profissionais comprometidos com a saúde e com a vida das mulheres no contexto onde vivem, trabalham e se relacionam (FLORES; LANDERDAHL; CORTES, 2017).

Nesse contexto, é possível observar que a assistência ao PR continua associada a um cuidado centrado nas questões contraceptivas, influenciada por crenças e valores sociais que vinculam o planejamento familiar ao controle da prole. Além disso, prevalecem concepções de gênero hegemônicas que designam às mulheres a responsabilidade pela limitação do tamanho da família; a baixa articulação com a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e o conseqüente incentivo ao uso do preservativo; a dispensação de métodos sem acompanhamento clínico regular e o pouco investimento para assistir mulheres ou casais com queixas de infertilidade (ALMEIDA *et al.*, 2016).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou através da revisão integrativa da literatura que as atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e a importância do planejamento familiar é primordial, uma vez que esses profissionais podem reduzir significativamente o índice de gestação na adolescência. De modo que, a presença dos enfermeiros nas escolas e nas famílias constitui como o tripé para uma educação sexual mais dinâmica e eficiente.

Evidenciou-se que uso de contraceptivos orais e a atividade sexual precoce precisa ser bem orientados e a intervenção da equipe de enfermagem por meio do planejamento familiar e da educação sexual, é importante, principalmente, em relação aos efeitos colaterais e os impactos que a gestação na adolescência acarreta não só na adolescente, mas na família como um todo, sendo necessário estudos mais aprofundados sobre a temática em discussão. Espera-se que esse estudo contribua com a comunidade acadêmica e científica para futuras pesquisas nessa área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maryla Pinto *et al.* Atenção em saúde no planejamento reprodutivo: atitudes e práticas de enfermeiros. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 6, n. 2, p. 270-280, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/20490>. Acesso em: 24 set. 2020.

ALVES, Letícia de Sousa; AGUIAR, Ricardo Saraiva. Saúde sexual e infecções sexualmente transmissíveis na adolescência: uma revisão integrativa. **Nursing (São Paulo)**, p. 3683-3687, 2020. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/263/pg26.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

BARBOSA, Luciana Uchôa *et al.* Percepção de adolescentes sobre sexualidade e saúde reprodutiva: a escola como espaço de educação sexual. 2019. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/100848/6/CultCuid_55-25-34.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

BORGES, João Paulo Assunção; DE MOURA-FERREIRA, Maria Cristina. Orientação sexual para adolescentes: conhecimento e prática de docentes das escolas públicas. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/1266>. Acesso em: 24 set. 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. -Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em Planejamento da Família: manual técnico. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRINGEL, Nayanne Maria Magalhães *et al.* Posturas e estratégias sobre sexualidade a partir do programa saúde na escola: discursos de professores. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 6, n. 4, p. 494-506, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/21538>. Acesso em: 24 set. 2020.

CAMPOS, Helena Maria *et al.* Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias!. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-16, 2018. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3107. Acesso em: 24 set. 2020.

CASTRO JÚNIOR, André Ribeiro de *et al.* Consulta de enfermagem no cuidado ambulatorial às juventudes. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 1157-1166, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/239115/31854>. Acesso em 24 set. 2020.

CORTEZ, Elaine Antunes; SILVA, Lauanna Malafaia da. Pesquisa-ação: promovendo educação em saúde com adolescentes sobre infecção sexualmente transmissível. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3642-3649, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/234495/27699>. Acesso em: 24 set. 2020.

DE ARAÚJO, Anna Karolina Lages; NERY, Inez Sampaio. Conhecimento sobre contracepção e fatores associados ao planejamento de gravidez na adolescência. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/55841>. Acesso em: 24 set. 2020.

DE JESUS PARCERO, Sonia Maria *et al.* Características do relacionamento entre a mulher e seu parceiro na ocorrência de gravidez não planejada. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 31, n. 2, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/17332>. Acesso em: 24 set. 2020.

DE PAIVA, Carla Cardi Nepomuceno *et al.* Atividades educativas do planejamento reprodutivo sob a perspectiva do usuário da Atenção Primária à Saúde. **Revista de APS**, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16675>. Acesso em: 24 set. 2020.

FLORES, Gabriela Tavares; LANDERDAHL, Maria Celeste; CORTES, Laura Ferreira. Ações de enfermeiras em planejamento reprodutivo na atenção primária à saúde. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 7, n. 4, p. 643-655, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/25777>. Acesso em: 24 set. 2020.

FRANCO, Maurilo de Sousa *et al.* Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-8], 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/244493/36298>. Acesso em: 24 set. 2020.

HAERTEL, Juliana Costa *et al.* Saberes e práticas sobre o uso do contraceptivo hormonal oral por mulheres em idade fértil. **J. nurs. health**, p. 20101009-20101009, 2020. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63789047/520200630-37122-123eb64.pdf?1593534043=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DKnowledge_and_practices_on_the_use_of_or.pdf&Expires=1601174650&Signature=O9ODwCLjhEejlIYrxk7K9Rjli99JSgiv9hcw9QIEHQnoAMtKQ4h6L5rXSGiAH8cuTkt~u3lcN~4pepsa0yL3fs0mpJDxEnHkgS24AaiaadWC6dUY0eFQOxw0~2JDORKnewONtnRwIQc9y8cXPbTPxWWUfQoe-jnn57RK1qOE-VG10NWqp54uG56EE1zNuesRZSRWwFtdeZ9RBdcpweuS32b9o0SSStH2NJsIN9ORgcXv1Cl~Tug4D3tSaBLEfVP687an8mPIxy7vhawlQDo9iSk8fAdtNCozE5kayHp~d4TDjmbCTFVHph76KEJ56JYI0tg0dsarD1nIhRYAqRyCg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 24 set. 2020.

HEREDIA-MARTÍNEZ, Henny Luz; ARTMANN, Elizabeth; NASCIMENTO, Marcos. Desvendando barreiras de gênero no acesso de adolescentes à informação sobre saúde sexual e reprodutiva na Venezuela. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00193918, 2020.

LARA, Lucia Alves da Silva. Sexualidade na adolescente. **Femina**, p. 198-205, 2019. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103056/femina-2019-198-205.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

LUZ, Cintia Aparecida Souza *et al.* Núcleo de apoio à saúde da família para gestante num grupo educativo: relato de experiência. **CuidArte, Enferm**, p. 199-203, 2019. Disponível em: <http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2019v2/199.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na

enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/714/71411240017.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

MIRANDA, Patrícia *et al.* Contraceção em Adolescentes: Conhecimentos e Práticas em Portugal. **Acta Medica Portuguesa**, v. 32, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Pascoal_Moleiro/publication/334974694_Contraception_for_Adolescents_Knowledge_and_Practices_in_Portugal_Contracecao_em_Adolescentes_Conhecimentos_e_Praticas_em_Portugal/links/5d48afb7a6fdcc370a7f7d67/Contraception-for-Adolescents-Knowledge-and-Practices-in-Portugal-Contracecao-em-Adolescentes-Conhecimentos-e-Praticas-em-Portugal.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

MOLINA, Mariane Cristina Carlucci *et al.* Conhecimento de adolescentes do ensino médio quanto aos métodos contraceptivos. **Mundo Saúde [Internet]**, v. 39, n. 1, p. 22-31, 2015. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155569/A02.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, Isabelly Gomes de; SANTOS, Lydia Vieira Freitas dos. Verificação de fatores de risco à saúde entre mulheres usuárias de métodos contraceptivos hormonais em Redenção-CE. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unilab.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/576/Isabelly%20Gomes%20de%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, Pâmela Roberta de *et al.* Gravidez na adolescência: um desafio crítico para os países do cone sul. **J. Health NPEPS**, p. 506-526, 2018. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/03/981432/3115-11080-1-pb.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

OSIS, M. J. M. D. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 14(Supl. 1):25-32, 1998.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* Metodologia da pesquisa científica. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 24 set. 2020.

PINHEIRO, Aldrin de Sousa; SILVA, Lucia Rejane Gomes da; TOURINHO, Maria Berenice Alho da Costa. A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersectorialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 3, p. 803-822, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v15n3/1678-1007-tes-15-03-0803.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

PINHEIRO, Yago Tavares; PEREIRA, Natália Herculano; FREITAS, Giane Dantas de Macêdo. Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 363-367, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v27n4/1414-462X-cadsc-27-4-363.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

PRAXEDES, Marcela Lima Silveira; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira. Efetividade de intervenções educativas sobre contracepção na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 20, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/51274>. Acesso em: 24 set. 2020.

RAMOS, Larissa de Andrade Silva *et al.* Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de escola pública. **Cogitare Enferm**, v. 23, n. 3, p. e55230, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Augusto_Araujo_Filho/publication/327006668_Uso_de_metodos_anticoncepcionais_por_mulheres_adolescentes_de_escola_publica/links/5b7b288c299bf1d5a718ce8b/Usode-metodos-anticoncepcionais-por-mulheres-adolescentes-de-escola-publica.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

RIBEIRO, Wanderson Alves *et al.* A gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos: a gestação e o impacto do conhecimento. **Nursing (São Paulo)**, p. 2990-2994, 2019. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/253/pg98.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

SANCHES, Mário Antônio; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. Planejamento familiar: do que estamos falando? **Revista Bioética**, v. 24, n. 1, p. 73-82, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v24n1/1983-8034-bioet-24-1-0073.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

SEHNEM, Graciela Dutra *et al.* Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. **Avances en Enfermería**, v. 37, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/78933>. Acesso em: 24 set. 2020.

SILVA, Marielle Jeani Prasniewski da *et al.* Gravidez na adolescência: uso de métodos anticoncepcionais e suas discontinuidades. **REME rev. min. enferm**, p. e-1220, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1220.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

SOUSA, Luís Manuel Mota Sousa et al. Metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. 2017. Disponível em: https://repositorio-cientifico.essatla.pt/bitstream/20.500.12253/1311/1/Metodologia%20de%20Revis%C3%A3o%20Integrativa_RIE21_17-26.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, MICHELLY Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em: 24 set. 2020.

TAQUETTE, Stella Regina *et al.* Saúde sexual e reprodutiva para a população adolescente, Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1923-1932, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n6/1923-1932/pt>. Acesso em: 24 set. 2020.

VIEIRA, Elisabeth Meloni *et al.* Gravidez na adolescência e transição para a vida adulta em jovens usuárias do SUS. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2017.v51/25/pt/>. Acesso em: 24 set. 2020.